

Os sertões e seus múltiplos sentidos: a historiografia sobre a conquista, ocupação e colonização da parte oriental do Maranhão e do Piauí

The backlands and their multiple meanings: a historiography about the conquest, occupation and colonization of the eastern part of Maranhão and Piauí

Samir Lola Roland¹

RESUMO: A partir do final do século XVII, a parte ocidental do Maranhão e oriental e ocidental do Piauí, tornou-se alvo do interesse de inúmeros indivíduos provenientes de lugares tão distantes como São Luís e Salvador. Essa região estava localizada no interior da atual região Nordeste e assistiu a um processo de expansão luso-brasileira, principalmente, a partir da prática da criação de gado vacum e cavalos e, secundariamente, do estabelecimento de engenhos para lavouras de cana-de-açúcar, principais atividades econômicas exercidas pelos colonizadores nessa região. A parte oriental do Maranhão e oriental e ocidental do Piauí era denominada pelos luso-brasileiros como “sertão”, e, aqui, deve ser entendida não como um espaço físico concreto, mas a partir dos vários sentidos que homens e mulheres envolvidos na conquista e ocupação lhe atribuíam, a partir de suas experiências durante o processo de colonização. O objetivo deste artigo é problematizar a compreensão sobre a historiografia da conquista, ocupação e colonização dos sertões do Maranhão e Piauí, refletindo sobre o “sertão” como uma região múltipla e heterogênea, bem como os diversos sentidos e concepções dos autores, para além da ideia de oposição ao litoral brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Sertões; Maranhão e Piauí; historiografia; colonização.

ABSTRACT: From the end of the seventeenth century, the western part of Maranhão and eastern and western Piauí became the target of the interest of countless individuals from as far away as São Luís and Salvador. This region was located in the interior of the current Northeast region and witnessed a process of Portuguese-Brazilian expansion, mainly starting the practice of cattle and horse breeding and, secondarily, the establishment of mills for sugarcane plantations, the main economic activities carried out by colonizers in this region. The eastern part of Maranhão and eastern and western Piauí was denominated by the Luso-Brazilians as "sertão", and, here, it should be understood not as a concrete physical space, but starting the various senses that men and women involved in the conquest and from their experiences during the colonization process. The objective of this article is to problematize the understanding about the historiography of the conquest, occupation and colonization of the backlands of Maranhão and Piauí, reflecting on the “sertão” as a multiple and heterogeneous region, as well as the diverse senses and conceptions of the authors, besides the idea of opposition to the Brazilian coast

KEYWORDS: backlands; Maranhão e Piauí; historiography; colonization.

¹ Universidade Federal do Pará - samirlola@gmail.com



É importante destacar que são várias as definições para o que seria o “sertão” no período colonial, e que vão além da mera ideia de uma oposição ao litoral brasileiro, apesar de também ser percebido dessa maneira pelos colonizadores, e não raro ter influenciado a visão de muitos historiadores. Para Antonio C. Robert Moraes, a palavra “sertão” não seria propriamente um lugar, mas um significado atribuído a determinados lugares em razão de condições específicas. Os diversos sentidos expressos sobre o “sertão” estariam relacionados à subjetividade dos indivíduos, resultado também do estabelecimento de suas relações sociais em determinado espaço geográfico (MORAES, 2003).

De acordo com Rafael Chambouleyron, Monique Bonifácio e Vanice de Melo, o “sertão amazônico”, por exemplo, era uma região que abrigava diversos sentidos que estavam atrelados ao processo específico de expansão portuguesa na região. Segundo os autores, era no “sertão” e seus rios que os portugueses coletavam as drogas e buscavam escravos. Além do mais, era através dos seus principais rios e igarapés por onde se penetrava e se apropriavam de suas terras, demarcando e solicitando cartas de sesmarias. Mas também, segundo os autores, os significados de “vastidão, distância, oposição ao litoral, acracia, refúgio, violência, conversão” eram atribuídos à região, pois estão diretamente relacionados à maneira e aos sentidos que a expansão portuguesa adquiriu ao passo que adentrava esse território impreciso (CHAMBOULEYRON; BONIFACIO; MELO, 2010, p. 18).

O termo “sertão” possuía um sentido bem mais amplo durante o período colonial, pois dependia do ponto de vista do que estava sendo representado. De acordo com Kalina Silva, para o imaginário açucareiro, as áreas localizadas às margens da colonização e diferentes da principal atividade econômica (o açúcar) eram consideradas “sertões”. Além do mais, a partir do século XVI, a palavra “sertão” era utilizada no sentido “civilizador” para significar regiões de fronteira ainda não alcançadas pela colonização portuguesa. O sertão seria um espaço a ser conquistado e ocupado, sendo necessário civilizar e disciplinar seus habitantes e o ambiente (SILVA, 2003).

Núbia Braga também destaca o “sertão” como o espaço a conquistar, lugar considerado pelos portugueses como territórios dos “selvagens”, os quais foram sendo expulsos ou integrados no decorrer do processo de ocupação e/ou “civilização”, por meio da guerra e/ou com o estabelecimento de aldeamentos para a catequização dos indígenas (BRAGA, 2008, p. 134). Da mesma forma, eram diversos os sentidos da palavra “sertão”, sendo utilizada para se referir a regiões que estavam enfrentando processos civilizatórios decorrentes da expansão de colonização portuguesa que se instalava nesses novos espaços, caracterizados pelas autoridades como um “espaço habitado por índios ferozes” (também caracterizados como indivíduos “dominados pela natureza bruta”, “bárbaros”, “hereges”, “infiéis”),



“desconhecidos”, “inacessíveis”, “isolados”, “perigosos” e “onde não haviam chegado as benesses da religião”, da “civilização” e da “cultura” (AMANTINO, 2001).

A expansão da conquista e ocupação luso-brasileira para os “sertões” do Maranhão e Piauí, durante a segunda metade do século XVII e primeira metade do século XVIII, significava “civilizar” e disciplinar os diversos indígenas que habitavam a região, abrindo espaço para o estabelecimento de criatórios de gados e instalação de engenhos de açúcar na região. Por outro lado, segundo Kalina Silva, desde o século XVI, os “sertões” que eram representados pelos luso-brasileiros como um espaço deserto e vazio², na verdade constituíam habitação de diversos grupos indígenas (SILVA, 2010).

De acordo com Alysson F. de Jesus, a região do rio São Francisco caracterizada como “sertão”, no início do século XVIII, estava marcada pelo fortalecimento da ordem privada representada pelo domínio de potentados locais. Nesse sentido, a cobrança da Coroa do “imposto de capitação” a esses indivíduos, os quais julgavam injusto, significou uma “quebra de acordos costumeiros” entre os colonos e a metrópole. Por outro lado, segundo esse autor, o “sertão” não pode ser visto como o lugar da desordem, em oposição ao litoral, visto como o lugar da ordem. Para o autor, a violência praticada no “sertão” era resultado da própria realidade específica vivenciada nessa região (JESUS, 2006).

Para além da ideia de relação entre o “sertão” e o litoral apenas como oposição, Erivaldo Fagundes Neves destaca a sua característica interativa e complementar. Para Fagundes Neves, durante a ocupação e o povoamento da América portuguesa, o “sertão” se constituiu como uma “fronteira da colonização”, lugar onde predominava a atuação de bandeirantes, busca de riquezas como metais preciosos e a guerras e escravização de indígenas. Nesse sentido, a colonização atuaria como uma imposição ao colonizado, e ao mesmo tempo, definindo a colônia como o lugar da alteridade onde habitavam índios, negros, cafusos, mulatos, mamelucos (NEVES, 2003, pp. 154-155).



Para a compreensão do processo de conquista e ocupação dos “sertões” do Maranhão e do Piauí, tentaremos repensar a ideia consagrada na historiografia sobre a existência de duas frentes de colonização: a litorânea e a pastoril. Acreditamos que essa concepção necessita ser

² Segundo Angela Lúcia Ferreira, George Alexandre Ferreira Dantas e Yuri Simonini, a própria cartografia sobre o “sertão” do Brasil representada nos mapas dos séculos XIX e XX, revela o pouco conhecimento do interior da América portuguesa que era representada a partir de um certo vazio em seu centro, com poucos detalhes de informações sobre essa região. (FERREIRA; DANTAS; SIMONINI, 2012).



relativizada, pois acaba gerando uma polaridade espacial (norte e sul) e dualidade das frentes de colonização. O aprofundamento na análise sobre o avanço do processo migratório, as chamadas “frentes de conquista”, por exemplo, – marcado por um fluxo populacional advindo de Salvador e São Luís que foi atraído pela exploração das Minas e em busca de terras para a agricultura e pecuária – queremos crer, pode revelar uma região com características bastante múltiplas e heterogêneas.

Indo mais adiante com relação à necessidade de um estudo sobre a parte oriental do Maranhão e oriental e ocidental do Piauí, cabe ressaltar que à medida que esta região foi sendo estudada, autores como Carlota Carvalho, Eloy Coelho Neto e Maria do Socorro Coelho Cabral construíram uma interpretação dessa região provavelmente fundamentados nas observações registradas pelo militar e viajante Francisco de Paula Ribeiro sobre os sertões de Pastos Bons. Em seu roteiro de viagem, intitulado *Memórias sobre os sertões maranhenses*, escrito baseado na experiência que teve ao percorrer as longas distâncias pelo interior do território, cumprindo os serviços ordenados pelo governador da época, Francisco de Paula Ribeiro defende que o Maranhão estava dividido em duas realidades distintas,

Considera-se ela dividida em duas quase partes, cujas distâncias podem pela sua respectiva carta observar-se, e que muito bem poderiam formar duas comarcas, uma do sul, do norte a outra, cujas partes desconcordando somente na propriedade do seu clima, qualidade de terrenos e produções [...]

Porque estendendo-se do norte a primeira porção repartida em distritos ou freguesias centrais até abranger-se a da nova vila de Caxias, na latitude meridional de pouco mais de cinco graus, e contendo as maiores e mais fecundas matas de toda a capitania, tem sua população, que não chega a trinta mil almas livres, vantajosas lavouras de algodão e arroz, em que ocupa mais de duzentos mil escravos [...]

Porque ocupando a referida segunda porção, com nome de Pastos Bons ou de altos sertões da capitania, todo o espaço que do último território de Caxias se descreve até às cabeceiras do rio Parnaíba, Balsas e Manoel Alves Grande, na altura de doze ou treze graus ao sul, somente no entanto povoado por quatro ou cinco mil almas livres, que empregam menos de mil escravos, e contendo, com parte também de boas matas ainda devolutas, dilatadas campinas próprias quanto possível para uma imensa criação de gados (RIBEIRO, 1849, pp. 41-42).

Essa perspectiva pode ter refletido no entendimento das frentes de expansão da conquista e ocupação, destacando um espaço territorial compreendido em duas partes econômica e socialmente bastante diferenciadas: a importância da pecuária (no sul) e a agricultura (no norte) para o desenvolvimento de cada região específica da capitania.

Carlota Carvalho, por exemplo, identificou diferentes origens, finalidades, características e direções geográficas específicas das frentes de expansão de conquista e do povoamento dos “sertões maranhenses”. Segundo a autora, a primeira frente composta de “maranhenses” se encontrava “distante dos campos altos, ondulados, arenosos, e destes isolada por impérvia



mata de muitas dezenas de léguas de largura”, sendo caracterizada pela sua permanência “na zona marítima e fazia tímidas ‘entradas’ nos rios Gurupi, Mearim, Pindaré e Itapecuru” (CARVALHO, 2011, p. 96). Já a segunda frente composta de “baianos” e “pernambucanos” foi direcionada sentido oeste pelo governador de Pernambuco, dom Francisco de Almeida. Essa frente teria alcançado, posteriormente, segundo a autora, as margens do rio São Francisco, onde se estabeleceram diversas fazendas de gado vacum e cavalar no território que, mais tarde, veio a constituir a capitania Piauí, e, após transpor o rio Parnaíba, estabelecendo na margem esquerda desse rio, do lado do Maranhão, em 1764, uma vila que foi denominada de Pastos Bons (CARVALHO, 2011, pp. 96-98).

No mesmo sentido, Eloy Coelho Neto salientou as diferenças econômicas existentes entre as frentes de expansão litorânea e a pastoril. Segundo o autor, a primeira era constituída pela utilização do “braço escravo na região litorânea” e pela produção econômica marcada pela proliferação de engenhos nas margens dos principais rios como, por exemplo, no Itapecuru. De outro lado, a segunda era pautada na pecuária e foi resultado das “entradas” realizadas por aventureiros e desbravadores que atingiram o rio São Francisco (NETTO, 1979).

Maria do Socorro Coelho Cabral, por sua vez, ressaltou que as chamadas frentes de expansão da conquista e ocupação dos “sertões” das capitanias do Maranhão e do Piauí, partiram de eixos geográficos e constituíram sentidos sociais e econômicos completamente distintos nessa região. De acordo com a autora, o processo de conquista e ocupação dessa região foi conduzido, de um lado, pela iniciativa da “frente litorânea” que era de natureza agroexportadora e partiu de São Luís, expandindo-se pela costa e vales dos rios Itapecuru, Mearim, Pindaré, Munim, sob o controle efetivo da Coroa portuguesa e tendo como objetivo principal a consolidação e o fortalecimento de bases administrativas do Estado português. De outro lado, a expansão da “frente sertaneja” teve iniciativa de particulares advindos dos complexos açucareiros de Pernambuco e Bahia, adentrando o interior do território, a exemplo, da famosa Casa da Torre, que buscava terras e pastagens para os seus rebanhos bovinos (CABRAL, 2008).

Não apenas Maria do Socorro Coelho Cabral, mas Carlota Carvalho e Eloy Coelho Neto acabaram reproduzindo um processo de conquista e ocupação dimensionando sobremaneira a concepção histórica sobre a dualidade das frentes de colonização litorânea e a pastoril baiana. Mais recentemente, Vanice Siqueira de Melo e Fernanda Bombardi, destacaram a possibilidade de Maria do Socorro Coelho Cabral ter se fundamentado na tese do dito militar que compreendia a região de forma bipartite e fragmentada baseada em duas economias completamente distintas: a agricultura e a pecuária (MELO, 2011; BOMBARDI, 2014). No



entanto, segundo Vanice Siqueira de Melo, torna-se necessário considerar a perspectiva de que

O Estado do Maranhão e Grão-Pará constituía uma região diversificada geograficamente. A partir de uma perspectiva histórica, as razões para os portugueses ocuparem os vários territórios do Estado do Maranhão e Pará revelaram-se distintas, e decorriam dos diversos interesses que marcaram a conquista portuguesa dessa vasta região. Ou seja, a ocupação do extenso Estado do Maranhão e Pará foi caracterizada pela heterogeneidade (MELO, 2011, p. 15).

A ocupação da capitania do Piauí, por outro lado, segundo a autora, diferentemente do Maranhão, teria iniciado mais cedo, ainda na segunda metade do século XVII (MELO, 2011, p. 17). Já com relação ao contexto de expansão das fronteiras no Estado do Maranhão e Grão-Pará, destaca Fernanda Bombardi que as frentes de ocupação foram responsáveis pela inserção do contingente indígena a sociedade colonial, mas que também influenciou diretamente no seu decréscimo demográfico. Por outro lado, as frentes resultaram ainda no distanciamento de diversas populações indígenas dos povoamentos coloniais, pois muitos deles migraram e enfrentaram novos processos de territorialização, deixando espaços da fronteira aberta para a colonização portuguesa. Não sem razão, a expansão da fronteira de colonização portuguesa significou, segundo a autora, diversos conflitos entre indígenas e colonos, pois envolvia diretamente a disputa pelo espaço. Em muitos casos, os indígenas conseguiram inibir as estratégias de colonização portuguesa como afirma a autora (BOMBARDI, 2014, pp. 29-30).

A historiografia mais tradicional que estudou o Maranhão colonial esteve fortemente influenciada por um movimento intelectual denominado de Atenas Maranhense – o qual visava a integração do Estado ao cenário nacional. Essa abordagem historiográfica era caracterizada pela exaltação e o orgulho na escrita da história, a qual estava centrada nos grandes acontecimentos ocorridos no litoral da Província. Nesse contexto, alguns autores destacavam como um dos principais temas mais discutidos por essa historiografia o advento da fundação francesa de São Luís (VIVEIROS, 1992; AMARAL, 2008). Como contraponto à extrema valorização do eixo litorâneo, a sede política e administrativa, o urbano, o litoral, representados pela cidade de São Luís, a historiografia sobre os “sertões” do Maranhão e do Piauí, surgindo posteriormente, procurou valorizar a importância dessa outra realidade, até então, quase ignorada e que raramente aparecia nos escritos sobre a conquista, ocupação e colonização dessa região.

Eloy Coelho Neto, de fato, enfatiza uma sobrevalorização de uma abordagem sobre o litoral na historiografia maranhense. Assim, tornava-se necessário, para esse autor, uma nova posição da historiografia que deveria investir em “valores novos que, embora não totalmente desprezados, estavam talvez sendo esquecidos” (NETTO, 1979, p. 18). O autor estava se



referindo à abordagem historiográfica sobre o litoral maranhense que generalizava a conquista e colonização de todo o Estado apenas a partir dessa perspectiva. Eloy Coelho Neto fazia parte do grupo de historiadores que reivindicavam a necessidade de uma abordagem historiográfica sobre o Maranhão que incluísse também a região do sul, pois segundo ele, diferentemente da realidade presenciada nos centros urbanos litorâneos, a sociedade sertaneja era aquela “fruto das entradas que atingindo ao São Francisco” que “de lá partiam para o Piauí e depois para o sul do Maranhão, sendo a terra ocupada logo pelo aventureiro desbravador com a iniciação do pastoreio do gado” (NETTO, 1979, p. 18). Esta era a razão porque deveria ser mais bem estudada, já que se caracterizava por um processo histórico bem distinto se comparado com o ocorrido litoral, e, igualmente, importante para a formação do estado nacional.

A historiografia clássica sobre o sul do Maranhão aproximou-se mais dos trabalhos que versavam sobre o Piauí, e a singularidade da região era pensada em relação ao litoral a partir da construção de uma identidade particular definida com base nas “dilatadas campinas”, características naturais encontradas na região que tinha como um dos principais distritos a localidade de Pastos Bons. O movimento historiográfico sobre o sul do Maranhão, entretanto, teria se consolidado somente no início do século XXI, tendo um papel importante na reedição, ampliação e comentários sobre algumas obras referentes à região. Celso Barros (2005), por exemplo, relata a reedição, por parte de alguns historiadores, como João Renôr Ferreira de Carvalho, de obras clássicas como *O Sertão*, de Carlota Carvalho, e de outra obra intitulada, *Francisco de Paula Ribeiro desbravador dos sertões de Pastos Bons: a base geográfica e humana do sul do Maranhão*, referente à parte oriental do Maranhão (CARVALHO, 2011; FRANKLIN; CARVALHO, 2007).

Em 2005, foi publicada a obra *Memórias de Pastos Bons* que reuniu diferentes textos que abordam de maneira geral a região dos Pastos Bons, a qual apresenta a perspectiva histórica de uma colonização sertaneja. Nessa obra, os autores discutem as principais questões políticas que caracterizaram a sua fundação, o período de criação da freguesia e a eleição das autoridades do governo municipal. Na apresentação da obra, Herculano Moraes ressalta que em 2003, particularmente, foi lançado o jornal *Pastos Bons* e, em 2005, fundou-se a *Academia de Letras, História e Ecologia da Região Integrada de Pastos Bons* que contou com a presença de diversos intelectuais que objetivavam fortalecer “a identidade histórica, literária, artística e ambiental” dessa região (MORAES, 2005).

Antônio Fonseca dos Santos Neto afirma que a parte oriental do Maranhão, diferentemente do litoral, constituía-se como uma região habitada por diversas populações nativas que foram confrontadas pelos colonizadores advindos da Bahia e de Pernambuco



durante a segunda metade do século XVII. Nessa ocasião é que foi fundado o povoado de Pastos Bons. A incorporação ao litoral maranhense, como argumenta o autor, ocorreria através da implantação política e administrativa na parte oriental do Maranhão (onde estava incluída a povoação de Pastos Bons), durante o reinado de José I. Ou seja, somente a partir da segunda metade do século XVIII, esse processo de incorporação se iniciaria, quando foram adotadas algumas medidas visando a integração ao litoral, como, por exemplo, a abertura de uma “estrada real” que ligava os “sertões dos Pastos Bons” à região da Baixada oriental – através de Matões e Aldeias Altas – bem como a elevação de Freguesia e Julgado à categoria de Vila e a possibilidade da navegação pelo rio Itapecuru (SANTOS NETO, 2005).

Mais recentemente, Edimilson Rosa Bezerra, ao estudar *a lógica interna da luta separatista entre o norte e o sul maranhense*, considerou o papel e as relações estabelecidas pelas chamadas “frentes de ocupação” – a litorânea e a sertaneja, ressaltando que essa distinção deveria ser compreendida como um “complexo em sua constituição e dividido arbitrariamente em duas realidades distintas pela visão oficial, o que culminou no sentimento separatista que tem na sua gênese no século XVIII” (BEZERRA, 2010, p. 66). No que se refere, especialmente, à interpretação sobre a expansão sertaneja, entre o período de 1615-1755, adverte que “o Norte e o Sul se identificavam uma vez que as fazendas [gado] estavam distribuídas” por toda essa região, definindo o modelo econômico dominante de todo território maranhense. A pecuária na região do atual Nordeste, segundo o autor, além de integrar os diversos centros econômicos brasileiros da época, foi importante para amenizar as lutas surgidas “no seio da própria classe dominante, pois um senhor de engenho falido sempre tinha a possibilidade de se tornar fazendeiro de gado” (BEZERRA, 2010, p. 66). O Maranhão, como uma região pertencente ao atual Nordeste, teria contado com essa experiência pecuarista, não se limitado apenas ao sul, mas expandindo-se por toda a região do Estado, afirma.

Alan Kardec Gomes Pacheco, por sua vez, ressalta que o rio Grajaú cumpria um papel importante como eixo de ligação entre o sul e o norte do Maranhão, relação possível por meio da navegação o que possibilitou o desenvolvimento do sertão maranhense desde o início do século XVIII, com a chegada das autoridades portuguesas. De acordo com o autor, a conquista, ocupação e colonização da região sul da Capitania do Maranhão foi “facilitada” pela “excelência de sua bacia hidrográfica”, a qual tinha como função a irrigação da grande quantidade de pastos das fazendas de gado que ali se instalavam (PACHECO FILHO, 2011, p. 17). Além disso, retomando a importância da navegação pelo rio Grajaú, Alan Kardec Gomes Pacheco Filho, atribui, segundo ele,

O sucesso inicial e rápido da nova povoação tinha a ver com a navegação feita pelo rio Grajaú, que ligava o centro sul maranhense diretamente à



capital da província. Em São Luís, abasteciam-se dos produtos tão necessários àquelas comunidades próximas ao rio Grajaú, de modo que não mais precisavam ir até a vila de Caxias para efetuar suas compras (PACHECO FILHO, 2011, p. 98).

A conquista e a ocupação do sertão maranhense significava estabelecer pontos de ligação econômica não apenas no seu interior, mas também com localidades no litoral, a exemplo de São Luís. Nesse sentido, o autor ressalta que à proporção que iam dizimando os indígenas e distribuindo cartas de sesmarias a nova povoação, aumentava-se o número de viagens das canoas de negócio realizadas a São Luís. Fica claro, de acordo com a posição de Alan Kardec Pacheco, que a expansão da frente litorânea, diferentemente da expansão da frente sertaneja, teve como característica principal, a navegação pelos principais rios que conectavam ao sertão (a exemplo do Grajaú). Não sem razão, a próprio estabelecimento de povoações, segundo o autor, obedecia à lógica de facilidade de navegação pelos rios. Desse modo, algumas rotas fluviais permitiam a fundação de povoados como, por exemplo, o distrito de Pastos Bons, pois o porto da Chapada era o primeiro local que detinha uma navegação de relativa facilidade, o que em outros locais era algo quase impraticável durante o processo de colonização da região (PACHECO FILHO, 2011, pp. 21-101).



Apesar da pretensa hegemonia na abordagem sobre o litoral, entretanto, paralelamente, outros autores, não apenas aqueles que escreviam sobre o sul do Maranhão, mas também historiadores vinculados ao IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) que escreveram sobre a conquista e colonização do Piauí, reconheceram o valor significativo atribuído à compreensão do processo de colonização a partir do litoral. Essa historiografia procurou compreender a experiência da conquista e ocupação, principalmente, a partir da ideia de oposição entre o litoral e o sertão, bem como questões territoriais, étnicas e econômicas que apresentavam sentido na proposta de unidade regional e nacional – que era integrar todo o território como parte da nação brasileira.

Alguns autores que se debruçaram sobre a região que nos interessa, como Abdias Neves e Higino Cunha, discutiram o sertão e litoral como ideias completamente opostas. O sertão e o litoral, entretanto, não podem ser vistos como realidades completamente distintas, mas que se complementavam. No entanto, Higino Cunha assinala que o “Piauí entrou muito tarde para o convívio da civilização”. A colonização do Piauí, segundo o autor, detinha uma característica civilizatória, partindo do litoral, considerado como o lugar do “progresso” e da “civilização”, e almejava alcançar o “sertão” onde predominava a ideia de “atraso”. O



“atraso” dessa região, entretanto, segundo o autor, estava relacionado a valores que divergem completamente do ideal encontrado nos centros urbanos, a saber:

o mandonismo local, o cangaceirismo dos nossos sertanejos, o espírito de rapina dos potentados chefões, as intrincadas questões de terras, a lavoura rudimentar e a pecuária à gandaia, as superstições do povo e, acima de tudo, a nossa ignorância e o nosso analfabetismo crônico (CUNHA, 1924, pp. 61-72).

Nesse sentido, o “sertão” como um espaço distinto do litoral, adquire valores e significados completamente opostos daqueles presentes nos grandes centros das cidades do Brasil Colônia.

Igualmente preocupado com a formação nacional, Abdias Neves, por exemplo, destaca que o litoral era o lugar da aristocracia e das instituições administrativas. No entanto, segundo o autor, o Brasil, surgiu não “da indumentária dos vice-reis, mas das aventuras dos sertanistas”. Desse modo, de maneira contrária, “foi o sertão que civilizou o Brasil”, pois foram os sertanistas “na pessoa de Ávila, aos seus avós” que “promoveram a formação da nacionalidade” brasileira (NEVES, 1926, pp. 14-31).

O espaço correspondente ao “sertão” do Piauí era compreendido ainda por autores como Jacob Manoel Gayoso e Almendra e Antônio dos Santos Rocha a partir da uniformidade e homogeneidade dos aspectos geográficos do seu território durante o processo de colonização. O general Jacob Manoel Gayoso e Almendra defendia que o espaço geográfico que denominou como “solo piauiense” era marcado pela uniformidade e homogeneidade, algo mesmo divino, onde se podia observar o “panorama da perfeita e coesa unidade física”. Dessa unidade física, decorria, segundo o autor, a “unidade política”. Os aspectos geográficos influenciaram, significativamente, o chamado “homem branco” que chegou ainda “nos alvares de 1671”, ao ponto de “ditar as normas do seu trabalho, a finalidade do seu esforço, a qualidade de sua obra, a razão de ser de sua vida”. O “sertão piauiense”, segundo o autor, era abrangente pela vastidão dos “rios Gurgueia, Canindé, Piauí, Poti, Longá, Piracuruca”, espaço geográfico característico dos povos indígenas considerados os “bárbaros”, que fora alvo da expansão militar e econômica (pastoril) (GAYOSO E ALMENDRA, 1953, pp. 5-10).

Antônio dos Santos Rocha, por sua vez, enfatiza a importância dos aspectos geográficos e humanos, a saber, mais precisamente: “o meio, o ambiente físico, e a atividade do homem” que podem ser evidenciados na história do Piauí desde o “seu desbravamento e seu povoamento”. O autor destaca a influência ou a “fatalidade geográfica” durante o movimento de conquista do interior do nosso país. O ambiente geográfico composto por rios e bacias que dariam a unidade nacional do território brasileiro (ROCHA, 1957, pp. 26-33).



Mais recentemente, Janaína Amado ressalta que o “sertão” é uma das “categorias mais recorrentes no pensamento social brasileiro”, sendo presente na produção historiográfica, bem como nos relatos, desde o século XVI, de “curiosos, cronistas e viajantes que visitaram o país e o descreveram” (AMADO, 1995, pp. 145-146). A categoria sertão era utilizada de diversas maneiras como uma representação para o interior do território brasileiro. Nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, segundo a autora, a categoria sertão “chegou a constituir categoria absolutamente essencial (mesmo quando rejeitada) em todas as construções historiográficas que tinham como tema básico a nação brasileira” (AMADO, 1995, pp. 145-146).

Na produção historiográfica do final do século XIX, a categoria “sertão” integrava os relatos dos historiadores do IHGB e outros historiadores importantes do período que a trabalhavam de diferentes formas, mas como uma categoria do entendimento espacial. Cabe ressaltar que a partir da década de 50, a categoria permanecia na análise de sociólogos, enquanto durante a década de 90, já constituía no pensamento social e na intelectualidade brasileira, desde a literatura até as artes, “como uma categoria de entendimento do Brasil, inicialmente na condição de colônia portuguesa e, após o século XIX, como nação” (AMADO, 1995, pp. 145-146). Daí a importância da categoria “sertão” para pensar o Brasil, pois além de ser fundamental como categoria que abrangia um vasto período de tempo, dava um aparente sentido de unidade na escrita de vários pensadores, aos diversos espaços localizados no interior do território brasileiro.

João Marcelo Maia problematiza a compreensão acerca do espaço, sugerindo uma interpretação das “imagens espaciais” como modos de “cognição da vida social” que estão muito para além de concepção de espaço como um cenário físico e “realmente existente”. Nesse sentido, as categorias de “sertão”, “deserto” e “fronteira”, por exemplo, na verdade, seriam muito mais do que atribuições para “lugares geográficos”; seriam, na verdade, “formas argumentativas” que nos ajudam entender o contexto mais amplo do discurso sobre a “modernidade” (MAIA, 2007, pp. 205-225). As “reflexões espaciais”, portanto, são relevantes em sociedades consideradas periféricas, em locais em que “agentes modernizadores” tiveram dificuldades para a integração de realidades e “vivências” bastantes singulares e contrapostas à realidade imposta pela “lógica clássica do liberalismo central” (MAIA, 2007, pp. 50-55).

Aliado à ideia de “sertão”, o habitante sertanejo ganharia diversos sentidos pela geração de intelectuais que pensaram o Brasil desde o final do século XIX. O sertanejo seria um indivíduo singular, antes de tudo, um forte, o qual evidencia um tipo de “reação ao meio arredo, a purificação existencial, resultado do martírio secular da terra e do isolamento de



sua formação sócio histórica e, o mais importante de tudo, encarna, de certa forma”, a ideia do “bom selvagem rousseauiano” (OLIVEIRA, 2008, p. 50). Por outro lado, o sertanejo carregaria uma imagem negativa, representando o atraso e resistência às mudanças e à fatalidade impulsionada pelo processo dito “civilizatório”. Desse modo, a “civilização do litoral” necessitaria de um projeto de construção do Estado nacional no Brasil que se encarregasse de incorporar o interior do país a essa nova realidade (LIMA, 2008, p. 5).

A categoria sertão se tornou igualmente importante no contexto da nascente República brasileira. Em seu artigo “O estranho sertão da primeira República”, Célia Nonata da Silva destaca que o “sertão” da República estava inserido “numa dinâmica violenta estruturada nas relações locais de poder de mando, num sistema de alianças e apadrinhamentos”. Segundo a autora, tratava-se de uma realidade específica em que indivíduos conhecidos como “cabras” e “jagunços” tinham a honra e a prática da vingança como norma social. Nesse sentido, no discurso dos governadores, o “sertão” vai ser representado como o lugar onde habitavam “vadios”, “bandidos” e “gente brava”, pois esta realidade contrastava com o ambiente da vida urbana da época (SILVA, 2011).

No mesmo sentido, Heloisa Starling ressalta que obras famosas, como *Os sertões*, de Euclides da Cunha, retratam uma República que adota medidas no sentido de eliminar outra realidade considerada o “outro e inteiramente diverso habitante do mesmo Brasil”. Um lugar caracterizado como “terra de párias e de desterrados, no subúrbio, o sertão” que “por maior que seja, é o que não se vê” (STARLING, 2012, pp. 135-144). De fato, eram múltiplas as imagens representadas pela historiografia, sociologia, literatura e artes sobre o sertão e seus habitantes no decorrer do século XX. Alguns intelectuais ligados ao IHGB, procuraram atribuir a categoria sertão à ideia de unidade nacional a vastidão territorial do país. O sertão, entretanto, era caracterizado pela heterogeneidade geográfica e social, indo muito para além das imagens que muitos intelectuais atribuíam a essa região.

A região denominada de sertão, localizada no interior do território brasileiro, adquiriu diversos sentidos, durante o processo de conquista e colonização, constituídos em grande medida em contraposição ao litoral. A historiografia escrita no século XX se encarregou de enfatizar o litoral como o centro de onde partiam as decisões políticas e administrativas sobre o processo de conquista e ocupação territorial. No entanto, a historiografia vinculada ao IHGB, ao enfatizar as áreas de sertão, acabou por homogeneizar e uniformizar a região, definindo-a em contraposição ao litoral brasileiro. A historiografia mais recente, aqui discutida, por outro lado, permite compreender o sertão como uma região heterogênea e de múltiplos significados. A própria ideia da necessidade de civilizar e disciplinar o sertão e suas populações indígenas se constitui durante o processo de conquista, ocupação e colonização



da região. Desse modo, as reflexões em torno do conceito de sertão, nos permitiram compreender os sertões do Maranhão e do Piauí como uma região dinâmica e com características específicas não necessariamente vinculadas ou opostas ao litoral. No entanto, apesar das distâncias, cabe ressaltar que a realidade do sertão estava completamente relacionada ao litoral. De fato, a complexidade do processo de conquista e colonização nos apresenta a importância sobretudo da navegação dos rios e da pecuária para a conexão entre o sertão maranhense e piauiense com as cidades de São Luís e Salvador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Janaína. “Região, sertão, nação”. *Estudos Históricos*, v. 8, n. 15. Rio de Janeiro: FGV, 1995

AMANTINO, Márcia. *O Mundo das feras: os moradores do sertão oeste de Minas Gerais - Século XVIII*. Rio de Janeiro: Tese de doutorado, UFRJ, 2001

AMARAL, José Ribeiro do. *Fundação do Maranhão*. São Luís: AML/EDUEMA, 2008

BEZERRA, Edmilson Rosa Bezerra. *O Grão e o Casco: representação e práticas da colonização no sul do Maranhão na primeira metade do século XIX*. Goiânia: Dissertação de mestrado (PUC), 2010

BRAGA, Núbia. *Os povos indígenas e os sertões das minas do ouro no século XVIII*. São Paulo: Tese de doutorado, USP, 2008

BOMBARDI, Fernanda Aires. *Pelos interstícios do olhar do colonizador: descimentos de índios no Estado do Maranhão e Grão Pará (1680-1750)*. São Paulo: USP (Dissertação de mestrado), 2014

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Caminhos do gado: Conquista e ocupação do sul do Maranhão*. São Luís: Edufma, 2008

CARVALHO, Carlota. *O sertão: subsídios para a História e a Geografia do Brasil*. Teresina: EDUFPI, 2011. (3. ed.), 2011

CHAMBOULEYRON, Rafael; BONIFÁCIO, Monique da Silva; MELO, Vanice Siqueira de. Pelos sertões “estão todas as utilidades”. Trocas e conflitos no sertão amazônico (século XVII). *Revista de História*. São Paulo, n. 162, 2010

CUNHA, Higino. *História das Religiões no Piauí*. Teresina: Papelaria Piauiense, 1924
FRANKLIN, Adalberto; CARVALHO, João Renôr F. de. *Francisco de Paula Ribeiro desbravador dos sertões de Pastos Bons: A base geográfica e humana do Sul do Maranhão*. Imperatriz, MA: Ética, 2007

FERREIRA, Angela Lúcia; DANTAS, George Alexandre Ferreira; SIMONINI, Yuri. Cartografia do (de) sertão do Brasil: notas sobre uma imagem em formação – séculos XIX e XX. *Scripta nova*. Vol. XVI, nº 418 (2012)



GAYOSO E ALMENDRA, Jacob Manoel. *O feudo da Casa da Torre no Piauí – povoamento – luta pela propriedade*. Edição do Centro de Estudos piauienses, caderno n° 2, série a, 1953

JESUS, Alysson Luiz de Freitas de. O sertão e sua historicidade: versões e representações para o cotidiano sertanejo – séculos XVIII e XIX. *História e Perspectivas*, n° 35 (jul./dez. 2006)

LIMA, Nísia. Missões civilizatórias na República e interpretação do Brasil. *História, Ciência e Saúde Manguinhos*. vol. v. jul., 2008

MAIA, João Marcelo e. Espaço, teoria social e pensamento brasileiro. *Estud. soc. agric.*, Rio de Janeiro, vol. 15, n. 2, 2007

MAIA, João Marcelo Ehlert. Terras e sertões no pensamento brasileiro: uma sociologia política na periferia. *Perspectivas*. São Paulo, v. 31, jan./jun., 2007

MELO, Vanice Siqueira de. *Cruentas Guerras: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (Primeira metade do século XVIII)*, Belém: UFPA (Dissertação de mestrado), 2011

MORAES, Antonio C. Robert. O sertão um outro geográfico. *Terra Brasilis*, n/° 4/ 5, 2003. Disponível em: URL : <http://terrabilis.revues.org/341> ; DOI : 10.4000/terrabilis.341. Acesso em: 29 Janeiro 2017

MORAES, Herculano. In: COELHO, Celso Barros (Org.). *Memórias de Pastos Bons*. Imperatriz: Ética, 2005

NETTO, Eloy Coelho. *História do Sul do Maranhão: Terra, Vida, Homens e Acontecimentos*. Belo Horizonte: São Vicente, 1979

NEVES, Abdias. Aspectos do Piauí. Teresina: Typographia d'o Piauí, 1926

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertão como recorte espacial e como Imaginário Cultural. *Politeia: Hist e Soc.*, v. 3, n. 1, 2003. pp. 154-155

OLIVEIRA, Ricardo de. Ficção, ciência, história e a invenção da Brasilidade Sertaneja. *Revista de Crítica de Ciências Sociais*. n. 82, set., (2008)

PACHECO FILHO, Alan Kardec Gomes. *Varando Mundos: navegação no Vale do rio Grajaú*. Rio de Janeiro: Niterói, RJ, 2011

RIBEIRO, Major Francisco de Paula. “Descrição do território de Pastos Bons, nos sertões do Maranhão; propriedades de seus terrenos, suas produções, caráter dos seus habitantes colonos, e estado atual dos seus estabelecimentos”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XII (1849)

ROCHA, Antonio dos Santos. *Piauí, descoberta de vaqueiros* (apontamentos para um ensaio). Teresina: Tip. Ribeiro, 1957

SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos. *Freguesia e Julgado de Pastos Bons (ou “São Bento das Balsas de Pastos Bons”)*. In: COELHO, Celso Barros (Org.). *Memórias de Pastos Bons*. Imperatriz: Ética, 2005

SILVA, Célia Nonata da. O estranho sertão da primeira República. *Revista sertões*. v. 1, n. 1, (jan./jul.), 2011

SILVA, Kalina Vanderley. A invenção de um lugar chamado sertão. *Companhia Editora de Pernambuco*, 2010. Disponível em:
<www.suplementopernambuco.com.br/index.php/edições-anterior...>. Acesso em:
19/01/2014...às 11: 27>.

SILVA, Kalina Vanderley. *'Nas solidões Vastas e Assustadoras' – Os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII*. Recife: Tese de doutorado, 2003

STARLING, Heloisa Maria Murgel. A república e o sertão. A República e o sertão. Imaginação literária e republicanismo no Brasil. *Revista crítica de Ciências Sociais*. n. 82, out., (2012)

VIVEIROS, Jerônimo de. *História do Comércio do Maranhão (1612-1895)*. São Luís: LITHOGRAF – Indústria Gráfica e Editora Ltda., 1992

